

1º CICS

CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE



TRABALHOS
PREMIADOS

2023




CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

1º CICS | CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

**TRABALHOS
PREMIADOS
2023**





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por Editora LESTU

Design Gráfico: Ana Kelma Cunha Gallas

Capa: Odrânio Rocha

Diagramação: Kleber Albuquerque Filho

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

E-mail: cics@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2023 UNIFSA Todos os trabalhos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no Congresso Internacional Ciência e Sociedade (CICS) 2023, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento. <https://unifsa.com.br/cics2023/publicacoes/>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1º CICS [livro eletrônico] : Congresso Internacional Ciência e Sociedade : desenvolvimento humano e social : das ideias às práticas : trabalhos premiados 2023/ Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA [organização Ana Kelma Cunha Gallas, Alisson Dias Gomes, Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger]. -- São Paulo : Lestu Publishing Company, 2023. -- (Trabalhos Premiados do Congresso Internacional Ciência e Sociedade ; 1)

514 p. *online*

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-85729-05-5

DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-05-5>

Disponível em: <https://lestu.org/books/index.php/lestu/catalog/book/17>

1. Ciência - Congressos - Brasil 2. Congressos 3. Desenvolvimento humano 4. Desenvolvimento social 5. Divulgação científica I. Gallas, Ana Kelma Cunha. II. Gomes, Alisson Dias. III. Cronemberger, Izabel Herika Gomes Matias. IV. Série.

23-182727

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências : Divulgação 501

Tábata Alves da Silva- Bibliotecária- CRB-8/9253



A Lestu é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.

EDITORA LESTU

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda

editora@lestu.org

www.lestu.com.br

[@lestu_editora](https://www.instagram.com/lestu_editora)



Trabalhos premiados 2023



17

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA: implicações para a Psicologia clínica¹

Lídia Ramos de Araújo²
Emanuel José Batista de Lima³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 25- Psicologia e Processos Psicossociais Contemporâneos: Múltiplos Saberes e Práticas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Psicóloga formada pela Universidade Estadual do Piauí.

3 Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente da Universidade Estadual do Piauí e do Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

Esta pesquisa de revisão da literatura tem como objetivo discutir as implicações do racismo e da branquitude no âmbito das práticas em psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. Para isso, utilizou-se as seguintes bibliotecas: Lilacs, Scielo e Periódicos Capes. As produções foram selecionadas de acordo com os descritores: “Psicologia Clínica”, “Psicologia”, “Racismo” e “Branquitude”. A partir dos 10 artigos selecionados, elaborou-se as seguintes categorias: a) Ensino e Prática em Psicologia Clínica; b) Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais; c) Por uma escuta psicológica antirracista. Assim, percebeu-se uma ausência em estudos específicos sobre Psicologia Clínica e Branquitude e de um currículo nos cursos de Psicologia sobre questões étnico-raciais. Verificou-se que a(o) psicóloga(o) branca(o) não se reconhece como sujeita(o) racializada(o) e que há medo/receio de pessoas negras em serem atendidas por terapeutas brancas(os). Avistamos, também, a urgência de uma clínica antirracista.

Palavras-Chave: Psicologia Clínica; Racismo; Branquitude.

INTRODUÇÃO

A categoria de racismo estrutural, trabalhada por Almeida (2018), atravessa as relações, sejam institucionais ou não, vivenciadas por pessoas negras. O autor ainda delimita o racismo em: individual, institucional e estrutural de modo a tornar sua compreensão didática. A concepção individual considera uma ideia de “patologia” associada às pessoas negras e ocorre por meio da discriminação racial. Já o racismo, como estrutura de poder, tem impacto diretamente na subjetividade, o que se faz importante que as(os) psicólogas(os) se atentem e entendam de que forma o racismo está presente nas demandas de saúde mental trazidas pelos pacientes.

Para Almeida (2018), Biologia e Física são duas grandes áreas que assumem histórico e cientificamente uma explicação sobre as

pessoas, de forma que demarcam capacidades intelectuais, morais e psicológicas sobre diferentes raças. Dessa forma, biologia, etnia e cultura tornam-se marcadores de hierarquização das pessoas e potencializam o discurso e práticas racistas.

Ainda segundo Almeida (2018), O racismo estrutural diz respeito ao modo como a própria sociedade se estrutura, à forma como a mesma se organiza e se constitui, incluindo-o de modo naturalizado nas relações políticas, econômicas, sociais, entre outras, ao longo de sua historicidade e práticas humanas. Dessa forma, o racismo é fundante nas sociedades nas quais o mesmo é concebido de forma “normal”, sendo uma regra e não uma exceção, o que leva as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas não serem questionadas e passarem incólumes por mentes e corações dos sujeitos.

Ademais, tendo como aporte Lélia Gonzales (2020), no Brasil consolidou-se um imaginário de cordialidade e pacificidade entre brancos, negros e indígenas, em que a miscigenação teria sido produto desse “romance”. Tal discurso perpetrado, de uma “democracia racial”, corrobora com estereótipos acerca do negro: passivo, infantil, incapacitado intelectualmente e etc, além de impor uma normalização da violência racista. Djamila Ribeiro explicita que “Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia.” (Ribeiro, p 10, 2019). Tanto Djamila, quanto Lélia e as/os demais teóricas/os negras/os evidenciam que o mito da democracia racial é uma narrativa colonial e que a história do povo Negro foi a da resistência contra a desumanização, a partir dos quilombos.

Frantz Fanon (2008), no que tange às discussões sobre psicopatologia e negritude, afirma que o complexo de Édipo e outras categorias específicas da Psicanálise, tais como inconsciente,

arquétipo e inconsciente coletivo não foram pensadas para as pessoas pretas. Pois o que há, na realidade, é uma psicologia que é dos brancos, no qual às pessoas pretas está destinado o lugar do Outro, do biológico, do pecado, da inferioridade, da servidão, da imoralidade, da miséria, da fome.

Assim, pode-se pensar no que Neusa Santos (2021) formula ao trabalhar a construção da identidade do sujeito negro. Para ela, há um imaginário da “brancura”, no qual o sujeito negro, reprime a própria realidade histórica e corpórea a fim de se identificar com o ideal embranquecido. Isto para a autora, é uma das principais manifestações da violência racista, ou seja, existe uma construção colonial que nega a todo instante a possibilidade de manifestação do próprio Eu e que coloca as pessoas negras no lugar do desamparo.

Ainda sobre a construção de si, Grada Kilomba (2019) se opõe ao lugar de Outridade fabricado pelo colonialismo e resgata a posição de tornar-se sujeita. De tal forma que elucida os processos de silenciamento criados pelas políticas coloniais brancas e a manutenção das mesmas em tentativas lógicas de brancos justificarem atos racistas quando confrontados.

Logo, para Cida Bento (2022), há um pacto narcísico da branquitude, no qual as contribuições negras são invisibilizadas e no qual existe cumplicidade entre brancos para a manutenção de privilégios, de tal modo que a mesma configura a meritocracia como uma dessas formas. Além disso, ao citar a pesquisadora Robin DiAngelo, expõe uma certa fragilidade branca que perpassa sentimentos de culpa, medo e raiva, ao serem confrontados sobre questões étnico-raciais.

Destarte, o Sistema Conselhos de Psicologia lançou em 2017 o documento Psicologia e Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o), elaboradas em consonância à temática racial na sociedade brasileira, dando lugar à constituição

de investigações, explicações psicológicas e, ainda mais, atuação do profissional da psicologia nos mais diversos espaços.

O texto de referência para a atuação do psicólogo tem a função de somar forças ao movimento da Psicologia, que é histórico, em considerar as relações raciais em sua formação e prática profissional, posicionando-se política e socialmente no enfrentamento ao racismo e todas as formas de exclusões e desigualdades. Com isso, reconhece que a formação em Psicologia carece de mais engajamento, onde as teorias e reflexões contribuam a uma leitura crítica da realidade, para assim embasar as práticas e intervenções, visto que os conteúdos curriculares raramente contemplam a temática.

Para isso, resgatamos a Psicologia Preta de Lucas Veiga (2019), na qual a ideia de aquilombamento perpassa o campo epistemológico-acadêmico, mas também o do setting terapêutico, no qual possa ser possível o encontro de pessoas negras. Assim, este artigo é fruto do encontro de uma estudante e de um professor, ambos negros, que reivindicam um olhar crítico-racializado para as ciências psicológicas.

Após a minha consciência racial e o reconhecimento enquanto mulher negra, bissexual e periférica, que só se deu após a entrada na Universidade e o contato com meus pares, devido a espaços de acolhimento e pertencimento. Foi lá onde minhas vivências raciais puderam ser discutidas e fomentaram em mim o desejo e a busca pelos meus antepassados.

Nesse processo, fui percebendo que os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são marcados pelo colonialismo. E os autores mais estudados são homens brancos europeus, autores esses que são importantes na construção da Psicologia Ocidental como ciência, mas que construíram conceitos para manejar subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico, desconsiderando os processos de subjetivação não brancos. Ao limitar-se a essa conceituação branca e europeia sobre saúde mental, sempre me

gerou questionamentos ao longo da graduação: Como a psicologia brasileira contempla e trata adequadamente 54% da população do país, composta por negros e negras? Como acolher a subjetividade, sofrimentos e particularidades da pessoa negra?

Não tive respostas para esses questionamentos durante a graduação. Percebi o quanto essa subjetividade é ignorada, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolher. Dessa forma, pela falta da abordagem no percurso da graduação de psicologia, é importante discutir e questionar como é oferecido o cuidado em saúde mental a essa parcela da população, especificamente na clínica psicológica de atendimento a pessoas negros/as.

Por conseguinte, este artigo tem como objetivo geral produzir uma revisão de literatura sobre as implicações do racismo e da branquitude no âmbito das práticas em psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. E tem-se como objetivos específicos: Categorizar e analisar as temáticas que abordam a relação entre psicologia, racismo e branquitude; Compreender, por meio da literatura, o impacto do racismo e da branquitude na formação e nas práticas em psicologia clínica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo Revisão de Literatura, pois se utiliza de referenciais e temáticas já trabalhadas por outros autores (GIL, 2009). Assim, busca-se identificar e compreender o que as pesquisas brasileiras tem produzido acerca das questões sobre racismo e branquitude na prática da(o) psicólogo clínico no atendimento a pessoas negras. Para isso, utilizou-se as seguintes bibliotecas virtuais: La Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific ElectronicLibrary Online (Scielo) e Periódicos Capes.

As produções foram selecionadas de acordo com os seguintes descritores: “Psicologia Clínica”, “Psicologia”, “Racismo”, “Branquitude” e “Setting terapêutico”. Os critérios de inclusão foram: produções científicas brasileiras com idioma em português e escritas nos últimos dez anos (2013 a 2023). Sendo desconsideradas toda e qualquer produção que não se enquadrou nos critérios de inclusão. Logo, os estudos selecionados foram catalogados em um quadro com as seguintes categorias: Autor, Ano, Título e Base de Dados.

A partir da análise de conteúdo dos artigos e da elaboração de uma planilha com os artigos selecionados, elaborou-se as seguintes categorias: a) Ensino e Prática em Psicologia Clínica: “Pratica-se na Psicologia o racismo por omissão”; b) Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais: “a branquitude não se mobiliza para discutir a questão do racismo”; c) Por uma escuta psicológica antirracista: “A clínica deve buscar atuar conjuntamente no individual e no social”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca realizada na base de dados LILACS, encontrou-se 30 artigos, na base de dados Scielo, 12 resultados e na Periódicos Capes, 48 resultados. Perfazendo um total de 90 textos. Por meio da leitura dos resumos dos artigos obtidos nesse processo, selecionou-se os artigos que se referiam as temáticas da Psicologia Clínica em interface ao racismo e a branquitude. Destaca-se que, destes artigos, o texto “Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta” de Lucas Veiga foi um dos achados, contudo não iremos utilizá-lo na tabela, pois este já se encontra como referencial e é um texto base para dialogar sobre Psicologia e Negritude no Brasil. Ademais, alguns dos artigos selecionados encontravam-se repetidos, de modo que se totalizou 10 (dez) que correspondiam aos critérios.

Vale ressaltar que durante as pesquisas nas três bases, ao se utilizar os seguintes descritores: “Psicologia clínica and Racismo and

Branquitude” e “Psicologia clínica and branquitude”, não foram encontrados resultados nas buscas, o que pode evidenciar uma ausência de estudos com enfoque exclusivo em Branquitude na Psicologia Clínica.

IMAGEM 1 - Estudos Selecionados

	Autor (Ano)	Título	Base de Dados
1	Benedito;Fernandes (2020)	Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica	SciELO
2	Gouveia; Zanello (2019)	Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras	SciELO
3	Meireles et al (2019)	Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude	LILACS
4	Schucman; Gonçalves (2020)	Raça e subjetividade: do campo social ao clínico	LILACS
5	Carvalho; Missiato (2021)	Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia Ocidental	LILACS
6	Guerra et al (2021)	Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico	CAPEL
7	Lanza (2021)	Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica	CAPEL
8	Ribeiro (2017)	Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo	CAPEL
9	Rosa; Alves (2020)	Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras	CAPEL
10	Tavares; Kuratani (2019)	Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”	CAPEL

Fonte: Araújo e Lima (2023)

Percebe-se também que os artigos encontrados são recentes, sendo 1 (um) com publicação em 2017, 3 (três) em 2019, 3 (três) em 2020 e 3 (três) em 2021. O que nos permite dizer que os estudos sobre branquitude e racismo na psicologia clínica ainda são escassos e, por mais que Neusa e Fanon tenham iniciado esse diálogo décadas atrás, o assunto ainda não está evidente nas pesquisas brasileiras. Assumindo, assim, um lugar da invisibilidade.

- a. Ensino e Prática em Psicologia Clínica: “Pratica-se na Psicologia o racismo por omissão”

Neste tópico, visamos analisar como os textos selecionados dialogam sobre os currículos de Psicologia, temáticas raciais e saúde mental da população negra e como isso reverbera na atuação da(o) psicóloga(o) na clínica psicológica e no acolhimento percebido (ou não) por pessoas negras no setting terapêutico, tendo como principal enfoque a omissão da Psicologia para as questões étnico-raciais como um marcador do racismo. Para isso, utilizamo-nos dos seguintes artigos: Benedito e Fernandes (2020), Gouveia e Zanello (2019), Carvalho e Missiato (2021) e Guerra et al (2021).

Benedito e Fernandes (2020), tendo como base a psicanálise de René Kaes, fazem um resgate do processo de identificação da negritude brasileira e investigam, por meio de entrevistas com três psicólogos, como estes atuam diante de questões terapêuticas relacionadas ao racismo. Por meio de levantamento bibliográfico, as autoras pontuam que as temáticas raciais são melhor desenvolvidas pela Psicologia Social, enquanto que no âmbito Clínico ainda encontram-se escassas. Ainda para elas, com base nas entrevistas realizadas, a formação em Psicologia não oferece subsídios para acolher pessoas negras, de tal forma que o racismo acaba sendo equiparado a demais formas de opressão, não sendo colocado em um lugar singular de análise.

Gouveia e Zanello (2019) em sua pesquisa coletam narrativas de sete mulheres negras atendidas por psicoterapeutas brancas(os) e correlacionam com as experiências individuais de racismo e a escuta clínica feita por brancas(os). No que condiz a formação acadêmica das(os) psicólogas(os) para atender pessoas negras, as autoras tecem as seguintes conclusões: 1) há universalização de teorias euroamericanas, nas quais “o branco” é o humano universal; 2) que a ausência de formação específica sobre raça-etnia está ligado a ineficácia terapêutica, tanto no que diz respeito à psicólogas(os) brancas(os) e psicólogas(os) negras(os); 3) aponta-se a necessidade

de uma abordagem afrocentrada na psicologia; 4) que experiências de racismo a serem relatadas não foram consideradas ou exploradas pelas(os) profissionais; e, 5) para as entrevistadas, as questões raciais são trabalhadas em espaços familiares, de amizades e religiosos.

Desta forma, para as autoras, a prática psicológica brasileira é a do racismo por omissão, já que há uma universalização do sofrimento humano ao não se evidenciar a subjetivação singular e própria às vivências das pessoas negras brasileiras. Para o CFP (2017), o silêncio histórico da Psicologia diante do racismo é a concretização da convivência da ciência psi com uma ideologia política que ainda perpetua às violências e desigualdades brasileiras.

Ainda sobre a temática, Carvalho e Missiato (2021), por meio de entrevistas semiestruturadas com 23 estagiárias(os) de psicologia no interior de Rondônia, obtiveram que não existe discussão acadêmica satisfatória nos cursos de Psicologia, o que inabilita a prática profissional no que concerne às questões sócio-raciais. Assim como as demais pesquisadoras, sinalizam que a formação em Psicologia no Brasil eurocêntrica, o que, por exemplo, impossibilitou uma análise crítica do racismo por meio das(os) estudantes. Ademais, retomam a discussão de Gouveia e Zanillo (2019) no artigo ao afirmarem que a Psicologia Brasileira parece estar satisfeita com a prática do racismo por omissão.

O apagamento de discussões sobre questões raciais nos centros de ensino se mostra como mais um sintoma da exclusão do debate sobre raça e racismo em nosso país, o que se relaciona diretamente ao mito da democracia racial. Enquanto esse mito prosperar, as questões raciais ainda vão continuar a ser negligenciadas e produzindo mais e mais profissionais despreparados e incapazes de lidar com essas demandas. (CARVALHO; MISSIATO, p 15, 2021).

Guerra et al (2021), por meio da psicanálise laciana e da necessidade de localização do psicanalista no contexto sócio-

histórico de subjetivação em que está inserido, identifica possíveis deslocamentos epistêmicos para uma nova prática clínica que seja antirracista. Os autores sinalizam que não ocorreu o “giro decolonial” no campo clínico brasileiro, haja vista que autores decoloniais brasileiras(os) e latino-americanas(os) são pouco conhecidos e não recebem o devido reconhecimento no campo teórico-epistêmico-acadêmico. À exemplo, os pesquisadores citam a figura de Neusa Santos, mulher negra psicanalista pioneira no Brasil nos estudos de racialidade e psicologia, que particularmente só pude conhecer por meio do movimento estudantil, pois na sala de aula, Neusa não entrava. Desta maneira, os autores incitam a seguinte pergunta: “seria possível apontar essa lacuna como a configuração de um racismo/seletivismo epistêmico?” (GUERRA ET AL, p 9, 2021). Assim, como os autores deste artigo confirmamos que sim.

Lanza (2021) faz um resgate teórico das produções de Frantz Fanon e articula com a psicologia clínica no Brasil. Segundo o autor, a psicologia brasileira está ainda distante de compreender os impactos do racismo na subjetividade e saúde mental de pessoas negras(os), o que se relaciona a ausência do debate crítico sobre as teorias coloniais e ocasiona em profissionais inaptos para ofertar serviços clínicos de qualidade e que ainda estão envoltos discursiva-praticamente no mito negro que desumaniza o povo negro.

Este mito é o que transforma o negro em irracional, feio, ruim, sujo, sensitivo, superpotente e exótico e são essas características que irão fabricar ainda mais uma imagem fantástica de uma ordem natural negra, rejeitando a ideologia e política branca por trás disso (SANTOS, 1983).

Neusa Santos (2021) também indaga sobre como a psicanálise no Brasil foi conivente e cúmplice da violência racista ao ser omissa diante da desumanização à qual as pessoas negras sofrem.

Parafraseando Neusa, perguntamos: “Que psicologia é essa? Que psicólogas(os) somos nós?”.

- b. Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais: “a branquitude não se mobiliza para discutir a questão do racismo”

Tendo como objetivo analisar as influências da branquitude no atendimento psicológico às pessoas negras, elencou-se a presente categoria. Para tal, selecionou-se os estudos de Benedito e Fernandes (2020), Gouveia e Zanello (2019), Meireles et al (2019), Guerra et al (2021), Tavares e Kuratani (2019) e Rosa e Alves (2020).

Conforme Benedito e Fernandes (2020), o “branqueamento” é responsável pelo apagamento histórico das glórias, resistência e memórias do povo negro, o que faz com que a branquitude seja uma forma de impedir que uma pessoa negra se reconheça como pertencente ao seu povo. Citam também que a acomodação por parte das(os) profissionais de psicologia em discutir racismo é uma manifestação da branquitude. Para Guerra et al (2021), a ciência psi é construída por uma base eurocêntrica e universalista, na qual o sujeito branco não se percebe como produtor de violências e nem se reconhece como sujeito racializado. O que ocasiona em uma incapacidade clínica de compreender como o racismo impacta na subjetividade e nas vidas de pessoas não brancas.

Logo, a ciência psi se constitui dentro de um espaço acadêmico-institucional que é a Universidade, o que nos permite afirmar, embasados em Cida Bento (2020), que há um pacto narcísico silencioso branco diante dos estudos étnico-raciais:

Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança, aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações. As instituições são constituídas, regulamentadoras e transmissoras desses pactos, que em sua essência são coletivos. (BENTO, p 66, 2020)

Ademais, para Guerra et al (2021), psicólogas(os) negras(os) não fogem das discussões e temáticas raciais, mas sempre encontram falta de recursos e instrumentos psicológicos capazes de um diálogo crítico sobre raça, racismo e implicações na prática profissional. Ao contrário de pessoas brancas que possuem a opção de fugir dos debates sobre negritude e do próprio reconhecimento da branquitude. Sobre isso, o CFP (2017) elenca algumas hipóteses que justificam a falta de estudos sobre branquitude na Psicologia: 1) a maioria das(os) pesquisadoras(es) é branca e acreditam ser desracializadas(os); e, 2) falar de branquitude, para pessoas brancas, seria expor privilégios dentro de uma estrutura racista.

Deste modo, pode-se questionar os lugares de poder nos quais as pessoas brancas estão, no caso o acesso ao espaço universitário e às pesquisas, que fazem com que não haja um aprofundamento teórico na Psicologia sobre questões de branquitude. A branquitude ao demarcar nas pessoas brancas um lugar de privilégio, assume uma marca de violência estrutural (RIBEIRO, 2019), o que pode dificultar a escuta e o acolhimento no setting terapêutico, em uma relação psicóloga(o) branca(o) e paciente negra(o).

À exemplo, tem-se a categoria “Parede de Vidro”, a qual refere-se à estagnação da psicoterapia, e que é trabalhada por Gouveia e Zanello (2019). Para elas, conforme os dados das entrevistas:

A estagnação pode acontecer porque: (a) a(o) profissional é alheio(a) a questões raciais, sendo essa a razão para não as abordar na psicoterapia, ou porque (b) ignora, minimaliza ou universaliza, quando a entrevistada aborda, ou ainda porque (c) a entrevistada não tocou no assunto por temor de que a/o profissional não fosse ‘dar conta’. Então, tanto as expectativas frustradas da paciente – que não consegue o que tenta ou nem tenta por não acreditar – quanto a incapacidade da/o psicoterapeuta participam da constituição, para estas mulheres, da ‘parede de vidro’. Essa experiência parece ser independente da raça/cor da psicoterapeuta. (GOUVEIA; ZANELLO, p 7-8, 2019)

Outra categoria trazida pelas autoras é a de transferência inter/intra-racial. Esta é explicitada por meio do desejo das entrevistadas em serem atendidas por uma psicóloga negra, em contraposição ao temor pelo atendimento ser realizado por uma psicóloga branca, pois manifestaram que não teriam suas vivências legitimadas, que a psicóloga branca não “daria conta”, não seria empática. Contudo, as pesquisadoras frisam que a ausência de uma formação acadêmica voltada para as temáticas raciais faz com que tanto uma psicóloga branca quanto uma negra não tenham expertise clínica para lidar com os casos.

Talvez a psicoterapeuta preta não dê conta por questões diferentes da psicoterapeuta branca: a branca porque não consegue ver ou perceber, por sua alienação em relação ao mundo negro e à sua própria branquitude; já a negra, porque o assunto pode abordar questões raciais que a tocam e que ela talvez não tenha tido oportunidade de acessar, nomear ou elaborar para si mesma. (GOUVEIA; ZANELLO, p. 12, 2019).

No artigo de Meireles et al (2019) são apresentadas sínteses de um grupo de estudo composto por psicólogas brancas, no qual foram discutidos os efeitos da branquitude na formação profissional e também individual de cada uma delas. Dentre as conclusões alcançadas pelas psicólogas, houve a de que o grupo em questão possibilitou o reconhecimento crítico das mesmas enquanto mulheres brancas, assim como reflexões sobre democracia racial e supremacia racial branca, as quais puderam focar numa postura ao enfrentamento do racismo estrutural.

Tavares e Kuratani (2019) apresentam em sua pesquisa relato de experiência de atendimento à duas mulheres negras universitárias. Destaca-se que as pesquisadoras são de base Comportamental e trabalham com a Terapia de Aceitação e Compromisso (TAC). E tem como principal objetivo produzir estratégias para o manejo clínico

das repercussões do racismo na saúde mental da população negra. Durante as sessões, as clientes Carolina e Tereza, são questionadas sobre como se sentiam ao serem atendidas por uma mulher branca. Carolina, responde que teve receio de julgamento ou punição, mas que acreditaria que esse sentimento seria maior caso fosse atendida por um homem branco. Ao passo que acrescenta que sentiu-se acolhida pela terapeuta para falar sobre os casos de racismo que sofre/sofreu. Assim, as autoras ressaltam que reconhecer e nomear o sofrimento da cliente é fator decisivo para o sucesso na aliança terapêutica e para a adesão às intervenções. Tereza, ao ser questionada, afirmou que no início achava que seria difícil o processo terapêutico, mas que logo sentiu-se acolhida.

Rosa e Alves (2020) realizaram pesquisa a partir da escuta à quatro estudantes negras(os) da Universidade Federal de Pelotas no setting de estágios curriculares do curso de psicologia. Nesse estudo, as autoras se propõem a responder a seguinte pergunta: “De que modo a escuta clínica de vozes silenciadas pode estilhaçar a máscara do silenciamento e da invisibilidade?”. Elas trazem que o conceito de estilhaçamento é o de Conceição Evaristo, ao dizer que a máscara se estilhaça quando se fala com potência pelos orifícios da mesma. Para as pesquisadoras, a militância política promove (re)xistência pois se constrói a partir do pertencimento.

Ressalta-se que a máscara do silenciamento a qual as autoras se referem é a que Grada Kilomba (2019) expõe como sendo um instrumento da colonização europeia em que um pedaço de metal é colocado na boca da pessoa negra e tinha como principal função impor mudez e medo. Haja vista que há um medo branco em ouvir o negro, pois isso o coloca de frente com verdades que foram negadas, reprimidas e guardadas em segredo durante séculos: “Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (KILOMBA, p. 41, 2019).

Rosa e Alves (2020) frisam que ainda se faz necessário que pessoas brancas compreendam-se enquanto sujeitas(os) racializadas(os) e assim se comprometam efetivamente no enfrentamento ao racismo produzido pela branquitude. O que se mostra como uma prática desafiadora para a clínica psicoterápica branca. Conforme Djamilá,

(...) o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (RIBEIRO, p 18, 2019).

Por outro lado, as autoras trazem na narrativa das(os) entrevistadas(os) a importância de psicólogas(os) negras(os) devido a identificação racial e o sentimento de segurança/amparo, o que fortalece o acolhimento, já que esse corpo negro que escuta e acolhe empaticamente possui compreensão da violência racista cotidiana devido as suas próprias vivências.

Por uma escuta psicológica antirracista: “A clínica deve buscar atuar conjuntamente no individual e no social”

Após os diálogos acima, faz-se imprescindível questionar a possibilidade de uma nova Psicologia e as formas de atuação antirracista na clínica. Isto posto, foram selecionados os seguintes autores: Lanza (2021), Rosa e Alves (2020), Tavares e Kuratani (2019) e Schucman e Gonçalves (2020).

Lanza (2021) embasado por Fanon, explica que o fazer clínico em psicologia deve abarcar o contexto de violência colonial no qual o Brasil está localizado, ou seja, o enfoque da(o) psicóloga(o) não deve centrar somente em singularidades, mas em aspectos sócio-culturais

e étnicos. Logo, é imprescindível o entendimento da(o) profissional de que a sociedade ao mesmo tempo que produz e gere saúde, também produz e gere adoecimento mental. Ao mesmo tempo que, para ele, a psicoterapia implica somente em uma parte importante na construção de uma outra sociedade, mas que essa só é possível através do rompimento com o colonialismo e neocolonialismo, sendo que isso não se dá por meio da Psicologia Clínica. A terapia individual/grupal não é a solução para problemas estruturantes da coletividade.

A Psicologia Preta proposta por Veiga (2019) toma como base essa premissa de que somente o trabalho psicológico não é suficiente para acabar com os efeitos do racismo. Por mais que o objetivo da Psicologia Preta seja a promoção do autoamor e do resgate pela própria história e pela história do povo ao qual se pertence, o trabalho psicoterápico atua como ferramenta de fortalecimento diante dos confrontos em uma sociedade racista.

Destarte, para Rosa e Alves (2020), as(os) psicólogas(os) brancas(os) devem se aprofundar na própria racialidade e reconhecer o lugar social de privilégio para que a escuta clínica seja qualificada. Consoante às narrativas trazidas pelas autoras, as(os) entrevistadas(os) Jamila, Fayola e Akin ressaltam que cabe às(aos) psicólogas(os) independente da raça/etnia implicarem-se com as discussões sobre racismo para assim melhor compreenderem sobre o sofrimento psíquico produzido por essa violência. Isto dialoga com Lélia Gonzales (2020) que acredita que todas(os) que lutam por uma democracia devem aliar-se contra as forças de opressão imperialistas-colonialistas, as quais ela enfatiza que são racistas.

E assim como Lanza (2021), Rosa e Alves (2020), acreditam que cabe à(ao) terapeuta assumir compromisso ético-político antirracista ao manter diálogo crítico com o contexto social em que está inserida(o). Além disso, Tavares e Kuratani (2019) afirmam que cabe à(ao) psicoterapeuta estar disponível para acolher os sentimentos de

raiva e ressentimento, além de uma visão de mundo em que há a dor da opressão pelo racismo.

Schucman e Gonçalves (2020) elencam algumas questões importantes sobre uma atuação psicológica antirracista no setting terapêutico, são elas: 1) compreender sobre questões de raça e as consequências do racismo para a vida coletiva e individual, o que possibilita a superação de uma leitura patologizante sobre pessoas negras; 2) aprofundar-se do ponto de vista histórico e teórico nos debates raciais, de modo a considerar os diversos significados e sentidos de raça; 3) identificar os demais marcadores da diferença que atuam junto do racismo na vivência particular das(os) sujeitas(os); e, 4) investigar como aquela(e) sujeita(o) lida com o racismo e como se movimenta diante do preconceito.

Desta forma, a clínica pode se transformar em um espaço contra-hegemônico em que se é exercitada a autonomia e o protagonismo de pessoas negras frente ao racismo. A emancipação deve ser horizonte, nunca a passividade. Outrossim, ao compararmos esses passos com o proposto por Djamila Ribeiro (2019), tem-se que há pontos de convergência no que tange à um passo-a-passo antirracista, ou seja: informa-se sobre o racismo, enxergar a negritude, reconhecer privilégios da branquitude, perceber racismo internalizado, questionar a cultura que se consome, conhecer desejos e afetos e combater a violência racial.

Tais tensionamentos sobre Racismo e Branquitude são de fundamental importância ao se pensar uma decolonização da ciência psicológica no Brasil, contudo para que isso ocorra não basta uma mudança epistemológica-teórica, mas sim uma efetivação da prática clínica (VEIGA, 2019), um repensar do próprio fazer da psicologia no setting terapêutico e nos efeitos que racismo e branquitude produzem na escuta, na postura e na fala da(o) psicóloga(o), principalmente de profissionais brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo discutir e compreender as implicações do racismo e da branquitude dentro do âmbito da psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura. Destaca-se que por meio de pesquisa nas bases de dados Scielo, Lilacs e Periódicos Capes, percebeu-se uma ausência em estudos específicos sobre Psicologia Clínica e Branquitude, sendo os artigos mais voltados para os estudos do racismo e da qualidade ao atendimento clínico à população negra.

No que diz respeito aos serviços de saúde mental ofertados para a população negra, identificou-se que a ausência de um currículo obrigatório nos cursos de Psicologia sobre questões étnico-raciais, racismo e branquitude, corroboram para uma inaptidão de profissionais, sejam brancas(os) ou negras(os), para trabalhar e acolher demandas específicas da população negra. Tal fator influencia diretamente na qualidade dos serviços de saúde mental e acolhimento à população negra, de tal modo que no exercício da Psicologia brasileira há uma expressão do racismo estrutural brasileiro. As(os) profissionais se tornam omissos às discussões críticas sobre colonialidade e racialidade e potencializam saberes brancos europeus ainda embasados no mito negro.

Ao analisar as influências da branquitude no atendimento psicológico às pessoas negras, verificamos que a(o) psicóloga(o) branca(o) não se reconhece como sujeita(o) racializada(o) e nem se percebe como produtor de violências, que há um medo/receio de pessoas negras em serem atendidas por terapeutas brancas(os), que há um maior número de psicólogas(os) negras(os) dispostas(os) em debater temáticas raciais, mas que não conseguem encontrar quantidade significativa de instrumentos e estudos acerca disso que possam auxiliar nas intervenções terapêuticas.

Avistamos, também, a possibilidade de uma clínica antirracista, na qual a psicoterapia atue no fortalecimento pessoal e coletivo diante de uma sociedade racista. Clínica esta que deve questionar o fazer psicológico e os efeitos do racismo e da branquitude no setting terapêutico, principalmente quando o local de escuta é ocupado por psicóloga(o) branca(o).

Como mulher negra, durante o percurso da graduação, atendida por diversos psicólogos brancos, senti falta de uma compreensão empática das minhas demandas, que tinham relação direta com o Racismo, assunto que nunca foi pautado na relação terapêutica. Talvez por medo? Por falta de conhecimento sobre a pauta racial? Ou simplesmente por ser condicionado a atender um ideal de ser humano, branco, europeu e universal? Será mesmo que a Psicologia Clínica, em suas diversas abordagens, conseguem lidar com o sofrimento e reverberações do Racismo na saúde mental de pessoas pretas? Tentei buscar, nessa pesquisa, resposta para meus questionamentos, enquanto mulher negra e futura profissional. É notório a urgência de reformulação no currículo dos cursos de Psicologia, visando dar vez e voz, a aquelas(es) que sempre foram silenciadas(os). Porque nós existimos, e resistimos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BENEDITO, Maiara de Souza. FERNANDES, Maria Ines Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, 2020, p 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>. Acesso em: 10 abr 2023.
- BENTO. Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e

branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

CARVALHO, Fabio Rodrigues. MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Raça e Classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior na Amazônia Ocidental. **psicologia & sociedade**, 33, e250991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33250991>. Acesso em: 11 abr 2023

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GUERRA, Andrea Maris Campos et al. Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico. **Quaderns de Psicologia**, Vol. 23, Nro. 3, 2021, e1787. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1787>. Acesso em: 10 abr 2023

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LANZA, Hugo Ribeiro. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Vol. 03, 2021. Disponível em: doi:10.12957/epp.2021.62732. Acesso em: 11 abr 2023.

MEIRELES, Jacqueline et al. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Pesqui. práct. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-15, set. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1809-89082019000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr 2023.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1 Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. Odeere: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho – Dezembro de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2361>. Acesso em: 11 abr 2023

ROSA, Evellyn Gonçalves da. ALVES, Miriam Cristiane. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão** v. 40 (n.spe), e229978, 2020, p 1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>. Acesso em: 11 abr 2023

SCHUCMAN, Lia Vainer. GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 109-123. Disponível em: DOI: 10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.109-123. Acesso em: 11 abr 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e184764, 2019, p 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 11 abr 2023

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a Psicologia: notas para uma psicologia preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niteroi, v. 31, set, 2019, p 244-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/>

NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/?lang=. Acesso em: 20 abr 2023. ZANELLO, Valeska. GOUVEIA, Marizete. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em estudo**, v. 24, e42738, 2019. Disponível em: 10.4025/psicoestud.v24i0.42738. Acesso em: 10 abr 2023.





LESTU
Publishing Company



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

ISBN: 978-65-85729-05-5

